

Governo vai permitir coligação partidária

(Foi o que o ministro Ackel garantiu a Tancredo Neves)

CURITIBA — O senador Tancredo Neves, presidente nacional do Partido Popular, teria recebido garantias do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, de que o Governo, além das sublegendas, vai permitir também a coligação entre os partidos para a eleição de governador em 82.

Essa informação, transmitida por telefone pelo próprio senador aos membros da Comissão Executiva do PP do Paraná, que estavam reunidos ontem de manhã, na sede do Diretório Nacional, em Curitiba, evitou que o partido selasse um acordo com o PMDB para a disputa das eleições do próximo ano.

Esse acordo, que vinha amadurecendo nas diversas regiões que se realizam entre as lideranças dos dois partidos nos últimos dias, previa que o PMDB emprestaria uma de suas sublegendas ao ex-governador Jayme Canet Júnior, presidente do PP, que assim disputaria o Governo do Estado junto com o senador José Richa. Jayme Canet sairia do PP apenas para disputar as eleições evitando, dessa forma, uma possível vitória do PDS, que se beneficiaria com a divisão dos votos oposicionistas no Estado.

Alcance

Enquanto os políticos do PMDB e do PDT não conseguem chegar a entendimento em termos de unidade, as mulheres dos dois partidos decidiram criar uma federação gaúcha, englobando as duas organizações partidárias. Esta decisão foi tomada ontem, no final do primeiro Encontro da Mulher Gaúcha,

que durante dois dias discutiu problemas relativos à mulher, mas que no final deixou claro um embate entre as representantes femininas do PMDB e do PDT.

Na abertura do Congresso, no sábado, o senador Pedro Simon, secretário-geral do Diretório Nacional do PMDB, e o ex-governador Leonel Brizola, presidente do PDT, fizeram discursos destacando o trabalho e a importância da mulher na sociedade. Mas, em nenhum momento, houve trocas de palavras entre os dois, evidenciando que o PDT ainda não assimilou o lançamento de candidaturas ao governo gaúcho — Pedro Simon a governador — logo após a convenção do partido peemedebista.

Agora, com a criação da federação unindo as representantes femininas das duas agremiações partidárias, ficou evidenciado que haverá pressão para a união dos dois partidos mais representativos no Rio Grande do Sul. Enquanto era aprovada a criação da entidade, as representantes do PT reclamavam a manipulação partidária do encontro e César Pereira, da direção regional do PTB — ainda tentando formar-se no Estado — criticava a discriminação do Congresso, cuja direção não convidou seu partido.

No decorrer do encontro foram criadas comissões para discutir os problemas da mulher na sociedade. Na Comissão de Saúde, as mulheres reclamaram pela legalização do aborto apontando números: 340 mil mulheres morrem anualmente no Brasil devido à prática de abortos clandestinos. E 70 por cento dos abortos feitos não têm assistência médica e são feitos sem as mínimas condições de higiene. As mulheres deste grupo também repudiaram as recentes medidas na área da Previdência Social e reclamaram da discriminação da mulher no trabalho.

Ackel apronta a reforma oficial

BRASÍLIA — O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, informou, ontem, que na próxima semana deverão ser enviados ao Congresso os três primeiros projetos da Reforma Eleitoral, cujas exposições de motivos estão sendo por ele concluídas para entrega ao Presidente Figueiredo nos próximos dias. Abi-Ackel pretende debater os projetos com os presidentes dos partidos oposicionistas e ressaltou que em princípio o Governo não se opõe a examinar eventuais propostas de reforma da legislação eleitoral por parte das oposições, pois "alguma coisa pode ser aproveitada, por que não?"

O ministro debateu, ontem, com Figueiredo o anteprojeto das primeiras reformas — fixação da data do pleito, instituição da sublegenda para eleição de governadores e diminuição de dois para um ano do domicílio eleitoral — frisando que os textos serão depois levados ao presidente do PDS, José Sarney. Abi-Ackel rebateu a insinuação de que o Governo pretenda se fazer valer de alguns de seus parlamentares para estimulá-los a apresentar projetos, dos quais o Governo preferisse não se incumbir diretamente.